



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### ATA N.º 9/X-3º/2011-12

**1** - Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sitas na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, na Cova da Piedade, realizou-se a Terceira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada referente ao mês de abril, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

.....

3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os “Documentos de Prestação de Contas referentes a 2011” (Continuação).

3.2.1 - Relatório e Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município.

3.2.2 - Relatório e Conta de Gerência de 2011 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS.

3.3 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “1ª Revisão Orçamental dos SMAS para 2012”

**2** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta do Senhor Deputado Municipal António José Pinho Gaspar Neves – Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica.

**3.1** – Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Vitor Manuel Domingues Barata; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Hélder de Jesus Dias Viegas; Elisabete Peres Pereira; José Gabriel Guiomar Joaquim; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Henrique Mesquita Pires; Manuel Maria Braga de Marques Gomes; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; Carlos Augusto Aurélio Alves Leal; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Carlos Alberto Tomé Valença Mourinho; Francisca Luís Baptista Parreira.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registou-se os seguintes procedimentos:

**4.1** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldês, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1180/X-3º), (**Conforme Anexo I**).
- O Senhor Deputado Municipal António Frederico de Meneses Ferrinho, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1134/X-3º), (**Conforme Anexo II**).
- Senhor Deputado Municipal José Augusto Tavares Oliveira, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1074/X-3º), (**Conforme Anexo III**).
- O Senhor Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1140/X-3º), (**Conforme Anexo IV**).
- O Senhor Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1176/X-3º), (**Conforme Anexo V**).
- O Senhor Deputado Municipal Domingos José Soares de Almeida Lima, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1061/X-3º), (**Conforme Anexo VI**).
- O Senhor Deputado Municipal Luís Miguel Ferreira Varela Pais, com Ausência no dia 23 de abril de 2012, (Ent. nº 1133/X-3º), (**Conforme Anexo VII**).

#### 4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Senhor José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldês, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo VIII**).
- O Candidato Senhor Carlos Alberto Marques Machado dos Santos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. António Frederico de Meneses Ferrinho e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio, do cidadão Sr. Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, do cidadão Sr. Henrique Rosa Carreiras, da cidadã Sr.ª Maria Amélia Nascimento Quaresma, do cidadão Sr. Luís António de Matos Vicente, da cidadã Sr.ª Margarida Santos Serafim e do cidadão Sr. Alain Magalhães Pereira – PEV, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XV**).
- O Candidato Senhor José Mário Castelhana Ferreira, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito José Augusto Tavares Oliveira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVI**).
- O Candidato Senhor Sérgio Cantante Faria de Bastos, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XVII**).
- O Candidato Senhor Nuno de Avelar Pinheiro, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira e por impedimento do cidadão Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo e da cidadã Sr.ª Luísa Andreia Jerónimo Fernandes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVIII, XIX e XX**).



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

- O Candidato Senhor Miguel Ângelo Moura Salvado, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. Domingos José Soares de Almeida Lima e por impedimento da cidadã Sr.<sup>a</sup> Teresa Isabel Ralha da Costa Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XXI e XXII**).
- O Candidato Senhor Hugo Miguel Diamantino Vieira da Luz, que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 23 de abril, do eleito Sr. Luís Miguel Ferreira Varela Pais, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XXIII**).

**4.2** - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Caparica, Charneca de Caparica, Laranjeiro e Sobreda, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e devido a justo impedimento dos Presidentes do respectivo Órgão Autárquico, são substituídos na presente Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Senhor António Luís Baptista, Senhora Célia Maria Ramos Morais, Senhor Luís Filipe Almeida Palma e Senhora Ana Maria de Matos Sousa Vital Fonseca, respectivamente, (**Conforme Anexos XXIV, XXV, XXVI e XXVII**).

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usou da palavra a Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Érica Sofia Nogueira Inácio, residente em Almada.

**5.1.1** - A Munícipe Exm.<sup>a</sup> Senhora Érica Sofia Nogueira Inácio:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Todos nós sabemos das dificuldades pelas quais passamos e que as famílias portuguesas enfrentam em tempos como hoje vivemos. Eu nem imaginava quando era pequena que viesse a viver num País profundamente arrasado por várias políticas erradas e por uma oposição que prefere criticar em vez de colaborar e mostrar alternativas. Chegou a hora da juventude portuguesa assumir o seu lugar e lutar pelo seu País, e é isso que eu venho aqui fazer, não só como militante da Juventude Popular de Almada, mas também como Munícipe de Almada.

Sr. Presidente da Assembleia Municipal eu venho aqui apresentar um desafio a esta Assembleia, com o objetivo de lutar contra a carência alimentar de muitas crianças do nosso Concelho. Recebemos informações de que várias famílias no nosso Concelho e em particular na Costa da Caparica, sofrem carências alimentares, o que infelizmente não é novidade para ninguém. As crianças dessas mesmas famílias, muitas vezes só têm uma boa alimentação nas cantinas das Escolas, em casa o que os pais tiram da sua própria boca para lhes dar. Se houve alguma cantina aberta no período das férias, não houve informação. Este Concelho tem um saldo positivo de vários milhares de euros e sendo as Escolas Básicas da responsabilidade das Câmara Municipais por este País fora, eu desafio que na próxima Assembleia Municipal seja discutida uma proposta de manter os refeitórios das Escolas abertos nas próximas férias de Verão, contribuindo assim para uma alimentação mais saudável e equilibrada destas crianças.”

**5.2** - Deu-se por concluído o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

**6.1** – Conforme acordado pela Conferência dos Representantes dos Grupos Municipais e após aprovação pela Assembleia foi aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, especialmente para a Comemoração do 38º aniversário da Revolução do 25 de Abril de 1974.

**6.2** – Usaram da palavra os Deputados Municipais Representantes dos Grupos Municipais Senhores Fernando Pena do CDS-PP, Luís Filipe Pereira do BE, Ana Moura do PSD, Francisca Parreira do PS e Bruno Dias da CDU.

**6.2.1** – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Celebramos hoje nesta Assembleia o 25 de Abril. E é bom que com ele celebremos a liberdade. Nela ganham corpo as nossas esperanças. Nela exercitamos a nossa vontade. Nela realizamos as nossas escolhas.

Mas com o 25 de Abril que festejamos, não celebramos a tentativa de substituir um regime autoritário pelo cruel totalitarismo comunista, responsável pela perda de centenas de milhões de vidas, em páginas tenebrosas da história da humanidade.

Não celebramos certamente o 25 de Abril do PCP, de Vasco Gonçalves, da 5 Divisão, de Otelo e das perseguições do COPCOM; o 25 de Abril das deportações, das prisões arbitrárias, da violência sobre detidos, do encerramento de jornais ou dos saneamentos; o 25 de Abril das FP25 e dos seus homicídios bárbaros.

Porque aí não estaríamos certamente a festejar a liberdade.

O 25 de Abril que hoje celebramos não é aquele que abandonou os territórios ultramarinos ao saque dos partidos marxistas a soldo de Moscovo. As consequências em pobreza e morte ficaram bem à vista. Hoje celebramos o 25 de Abril de homens autênticos e honrados. O 25 de Abril de Salgueiro Maia e de Sanches Osório. O 25 de Abril da democracia, que nos permite a todos, hoje, estar aqui a defender as nossas ideias.

Celebramos também, aqueles que, em Novembro de 1975, colocaram a sua coragem e determinação ao serviço de Portugal. Patriotas, como Jaime Neves e Pires Veloso, a quem o país deve prestar justa homenagem.

Mas o país que hoje somos é ainda uma herança dos erros ideológicos do Abril comunista. Aquele que prendeu e exilou os seus melhores empresários, e deixou para o futuro um Estado esbanjador do dinheiro dos contribuintes, a mendigar ao estrangeiro.

O Abril comunista que ocupou, saqueou e nacionalizou, e legou a destruição da agricultura, das pescas e da indústria, convertendo Portugal num país de serviços — e maus — e a caminho de ser só um país servil.

O Abril da demência gonçalvista, que entregou o país ao delírio da facilidade, consolidado por uma educação laxista, centralista e controlada ideologicamente por um Estado incapaz.

O Abril comunista que dominou os sindicatos, e projetou no futuro uma produtividade anedótica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

O Abril que plasmou na Constituição o caminho para o socialismo, e retirou à sociedade civil as forças e a iniciativa, entregando-a a um Estado paternalista, esbanjador e clientelista.

O Abril comunista que tomou de assalto as instituições, e deixou os portugueses indolentes e conformistas, e em nome de um poder local democrático, promoveu a delapidação da paisagem e do património natural.

Quando falamos em liberdade, não podemos calar-nos perante aqueles que, fazendo-se donos de uma democracia que quiseram esmagar à nascença, nos querem voltar a impor ideais que a história se encarregou de condenar.

Os mesmos que querem o Estado a gastar aquilo que não tem, que anatematizam os empresários e iniciativa privada, que querem impedir a liberdade de escolha dos cidadãos e das famílias, que verberam a autoridade, que controlam os sindicatos e paralisam o país, que atacam cegamente a instituição familiar, que, em nome da liberdade, negam o primeiro de todos os direitos.

Portugal tem uma taxa de natalidade dramática. Daqui a poucas décadas, viveremos na sociedade mais envelhecida da história. Os efeitos serão graves e estão já a manifestar-se, com a contração da economia, a incapacidade de substituir força de trabalho, a insustentabilidade a prazo da segurança social.

Em nome da liberdade, demos mais incentivos às energias renováveis do que à maternidade, deixámos as nossas crianças crescer em lares partidos, oferecemos-lhes uma nova mentalidade egoísta e desintegrada, quebrámos todas as amarras com o passado.

Senhor Presidente, estamos a celebrar a liberdade num concelho em que os cidadãos são vítimas de muitos dos vícios que se escondem atrás no nome de Abril. Numa Autarquia que asfixia os cidadãos e as empresas em impostos, taxas, regulamentos e burocracia cega. Essa não é a nossa liberdade.

Um concelho em que o desleixo, o lixo e o vandalismo são os donos do espaço público, empurrando os cidadãos de bem para casa ou para o centro comercial. Essa não é a nossa liberdade.

Um concelho em que a memória colectiva é progressivamente apagada, em que o património histórico cai ao abandono, em que a paisagem é permanentemente ameaçada pelo poder da especulação imobiliária. Essa não é a nossa liberdade.

Um concelho em que o dinheiro dos contribuintes é gerido sem critério, e em que é negado aos munícipes e à oposição o direito elementar de fiscalizar a gestão camarária. Essa não é a nossa liberdade.

Um concelho com enormes carências socioeconómicas, mas que se dá ao luxo de desperdiçar dezenas de milhões de euros num Programa Polis cadavérico e em atividades sem tino. Essa não é a nossa liberdade.

Um concelho em que há muito se perdeu a confiança na limpidez dos concursos, em que os meios públicos se confundem com o partido, em que trabalhadores são perseguidos, em que as relações familiares ou o cartão partidário parecem ser critérios essenciais na subida de carreira, em que propaganda e os subsídios servem para ganhar eleições. Essa não é a nossa liberdade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Senhor Presidente, não basta quereremos celebrar a liberdade, se ela não é vivida por cada um dos portugueses. De pouco vale celebrar a data da mudança de um regime se outros enchem as mesmas tulhas e dançam a ronda no pinhal do rei.

Queremos hoje estar aqui a celebrar com o 25 de Abril a esperança de liberdade que o povo português acolheu em 1974. Mas também queremos estar aqui a celebrar a luz de um povo que, com Fé e audácia, começou outros mundos, um povo que soube, em tantos momentos adversos, fazer a sua História. É tempo de se cumprir Portugal!”

#### 6.2.2 – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vimos com o peso do passado e da semente

Esperar tantos anos torna tudo mais urgente

e a sede de uma espera só se estanca na torrente

e a sede de uma espera só se estanca na torrente

Vivemos tantos anos a falar pela calada

Só se pode querer tudo quando não se teve nada

Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só quer a vida cheia quem teve a vida parada

Só há liberdade a sério quando houver

A paz, o pão

habitação

saúde, educação

Só há liberdade a sério quando houver

Liberdade de mudar e decidir

quando pertencer ao povo o que o povo produzir

quando pertencer ao povo o que o povo produzir

(Sérgio Godinho)

Quando falamos de desemprego não estamos a falar do 25 de Abril, quando falamos da fome, das dívidas, das falências das famílias, do encerramento em catadupa de milhares de pequenas empresas não estamos a falar do 25 de Abril.

Quando falamos da destruição do Serviço Nacional de Saúde, do encerramento de Centros de Saúde e da Maternidade Alfredo da Costa, do aumento das taxas moderadoras e da redução do subsídio de doença não estamos a falar do 25 de Abril.

Quando falamos na redução abusiva das indemnizações em caso de despedimento, na redução de milhares de Juntas de Freguesia e de eleitos com despedimento de trabalhadores das autarquias não estamos a falar do 25 de Abril.

O 25 de Abril foi o princípio da Democracia no nosso País e o ataque e esvaziamento dos seus ideais é o enfraquecimento da Democracia é a morte lenta da Democracia.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

É neste contexto que se compreende a posição da Associação 25 de Abril, que pela 1ª vez em 38 anos não participará nas celebrações oficiais do 25 de Abril.

É preciso continuar a levantar as bandeiras que a esmagadora maioria das portuguesas e portugueses ergueram no 25 de Abril de 1974.

É preciso reagir, a Democracia só se defende com a participação popular.

O actual governo do PSD mais o CDS/PP no trilho dos governos anteriores, apostam nas elites; nos iluminados que são capazes de rir e mostrar sempre boa disposição, não se inibindo de chamar piegas a quem perdeu o seu emprego e a quem perdeu a sua casa e estão em situações completamente desesperadas, e a resposta do Governo enquanto alguns governantes se continuam a rir e a explicar tudo muito devagarinho; é: mais austeridade, mais sacrifícios a quem já quase não tem nada.

Aos funcionários públicos transformados em bodes expiatórios há algum tempo, porque a perseguição não começou neste governo, para além de terem os salários reduzidos vêm-se privados dos seus subsídios de férias e de Natal uma medida que não resolve nada e tem reflexos em toda a estrutura económica à sua volta, a redução de consumo é directamente proporcional à redução dos postos de trabalho.

Os Governantes que temos já provaram que por si só não vão mudar a sua política, por isso é tão importante a luta dos que cada vez têm menos e daqueles que estando bem regem a sua vida por princípios de Igualdade e Fraternidade.

Já temos dados mais que suficientes para saber que aquilo que foi dito em período de campanha eleitoral não é para cumprir e que a contradição e a mentira passou a fazer parte do dia a dia dos grandes decisores.

Entretanto o nosso País ocupado pela Troika anda ao sabor das análises e dos analistas, vejam-se as declarações do nº 2 do Banco Central Europeu, que acredita que Portugal vai conseguir regressar aos mercados na data prevista, em Setembro de 2013 isto desde que cumpra o programa da Troika, declarações feitas durante os encontros de primavera do FMI e do Banco Mundial.

Mas no início do mês admitia novo resgate ao país, aliás versão alinhada com a visão do Instituto Financeiro Internacional que avisa que Portugal vai mesmo precisar de mais dinheiro, cenário que é rejeitado pelo Governo, mas o Director do Departamento Europeu da Instituição da Banca Internacional diz que os juros cobrados ao País só vão descer se houver garantias de mais ajuda externa. O Instituto Financeiro Internacional duvida que Portugal regresse aos mercados na data e volume previstos no programa da Troika.

Ou seja, vamos voltar aos mercados!

Não, não vamos conseguir voltar aos mercados!

Bom, talvez voltemos aos mercados... ou talvez não?! Bom logo se vê.

Entretanto talvez o srº Ministro Vítor Gaspar explique com calma o que vai acontecer a seguir, uma vez que considera que Portugal, está no bom caminho para o crescimento económico e criação de emprego.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

*“Temos conseguido resultados e, continuando neste caminho, seremos capazes de ter bom sucesso no sentido de criar os fundamentos para o crescimento sustentado, competitividade da economia portuguesa e criação de emprego”, disse o ministro das Finanças à Lusa*

Eis os resultados mais visíveis que “temos conseguido”:

- 100 000 com salários penhorados;
- 26 empresas encerradas por dia;
- 67 000 crianças sem Abono de Família;
- 140 000 famílias sem poderem pagar os empréstimos;
- 600 000 com incumprimento dos contratos de crédito à habitação;
- 175 000 em lista de espera para as cirurgias;
- 1 200 000 desempregados, dos quais cerca de ¼ sem direito a qualquer apoio.
- 2 000 000 a viver abaixo do limiar da pobreza.

O que os trabalhadores; os aposentados; os desempregados à procura do 1º emprego; os desempregados de longa duração; os estudantes que perderam a sua bolsa; os trabalhadores por conta de outrém a recibo verde; sabem, é que o tempo é de luta temos que nos unir na acção contra as medidas desastrosas do governo da Troika.

É preciso continuar a levantar as bandeiras que a esmagadora maioria das portuguesas e portugueses ergueram no 25 de Abril de 1974.

É preciso reagir, a Democracia só se defende com a participação popular.

As próximas manifestações do 25 de Abril e do 1º de Maio são manifestações de unidade e de luta e quando maior for a participação, mais demonstrativas serão do descontentamento contra as medidas do Governo da Troika.

Viva o 25 de Abril

Viva o 1º de Maio”

#### **6.2.3 – A Sr.ª Deputada Municipal Ana Moura (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Há um ano atrás o PSD dizia:

Lembrar o 25 de Abril é lembrar a consolidação plena da democracia portuguesa

É lembrar a luta contra as tentativas totalitárias, a descolonização, a integração na Europa Comunitária.

É lembrar ainda a radical alteração no quadro de referência em que passou a funcionar a economia nacional

E a profunda alteração, desde então, verificada em todos os sectores da sociedade portuguesa

Mais de três décadas decorridas desde 1974, falar de Portugal é falar indiscutivelmente de um país diferente e melhor em todos os aspectos.

E no entanto o progresso que se assinala, não nos deve fazer esquecer de que o 25 de Abril de 1974 foi apenas um ponto de partida.

É um “chavão” ouvir-se esta frase.





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Assim como é corrente ouvir-se que “Abril”, representa - e se calhar representará sempre - um projeto inacabado.

Não custa perceber porquê.

Para nós, portugueses, Abril rima com democracia, e citando um eminente estadista do século XX, “a democracia é o pior regime ... a seguir a todos os outros”.

Num país que convive com democracia há muito pouco tempo é mais notório, por isso, a intensidade com que “Abril” nos interpela todos os dias.

É difícil a dialéctica entre os valores que Abril nos dá.

E, nesta, a dificuldade da construção da relação entre o “Estado” e o “cidadão”.

A dificuldade da definição da “justa medida” da intervenção daquele na vida de todos nós.

Assim, como é muitas vezes difícil, a relação dos cidadãos entre si.

Conciliar a liberdade de cada um.

Conciliar o respeito que cada individuo enquanto tal merece com a comunidade em que cada um se integra

Conjugar valores individuais e valores que vão para além são próprios do individuo enquanto ser social e comunitário.

É com estas dificuldades que temos convivido.

O tempo democrático disso tem sido testemunha.

Reconheçamos que nem sempre temos conseguido fazer jus a Abril.

Nenhum de nós será insensível às suas circunstâncias, e será certamente fácil a todos nós encontrarmos um qualquer episódio que ofenda a ideia que cada um faz de Abril.

O que certamente todos aqui concordarão é que,

Independentemente dos tropeções

Não devemos deixar cair a ideia de “Abril”.

É uma ideia demasiado bonita.

Que se faz, caminhando.

O caminho de hoje é particularmente difícil.

Vivemos em tempos difíceis.

Em termos económicos

Em termos sociais

Em termos políticos.

Tempos por vezes até paradoxais, particularmente, se pensarmos Abril como espaço e tempo de democracia - tal é o descrédito, com que a comunidade, vê a política e a suas instituições.

São tempos novos,

Com novos paradigmas.

Enquanto representantes políticos,

Enquanto agentes dos partidos políticos,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Enquanto parte daqueles que por força da forma como nos organizamos em comunidade têm especiais responsabilidades na “interpretação” de Abril,

São tempos que nos motivam a não deixar “Abril” morrer.

Para o PPD/PSD isso está no seu código genético.

O PPD/PSD enquanto partido político está indissociavelmente ligado ao progresso que o país viveu desde 1974.

A si, à sua atitude reformista, está ligado indiscutivelmente um dos períodos de mais franco desenvolvimento que Português assistiu em tempo democrático.

E os portugueses esperam do PPD/PSD que ele seja capaz de continuar a contribuir para o progresso de Portugal.

O PPD/PSD tem na realidade um papel muito importante a cumprir no que respeita a fazer Abril.

O que significa um papel importante a cumprir na defesa duma sociedade mais justa, mais solidária.

Na criação de mais bem-estar.

Na garantia de mais justiça.

Proporcionando mais e melhores cuidados de saúde.

Melhor educação.

Protegendo a nossa identidade própria.

Projetando os nossos valores.

É portanto de forma muito afirmativa que projetamos “Abril”. Para o nosso país. Para a nossa terra.

É, assim, consciente do desafio,

Com a convicção quem procura todos os dias fazer Abril da melhor forma

Que o PPD/PSD

Que carrega nas suas entranhas esperança

Continuará a lutar, ao lado dos portugueses e das portuguesas, por um país de Liberdade e de Justiça.

Volvido um ano,

As palavras ditas naquela altura, mantém, plena atualidade.

De lá para cá, o PSD, assumiu, o governo, e assumiu, naturalmente, uma tarefa hercúlea, e não poupamos as palavras, recebeu um país que enfrentava a bancarrota.

O PSD sabe as dificuldades que enfrenta.

Conhece os desequilíbrios da sociedade portuguesa

Mas o PSD também sabe que não se pode resignar na defesa de um Portugal geracionalmente mais solidário. Por mais impopulares, que algumas das suas medidas sejam na defesa desse valor.

Estamos convictos, que disso dependem os nossos filhos, os nossos netos.

Estamos, certos, afinal, que disso depende o Abril de Amanhã.”

**6.2.4** – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Francisca Parreira, Sr.<sup>a</sup> Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Comemoramos uma vez mais o 25 de Abril de 1974, data em que o Movimento das Forças Armadas, coroando uma longa resistência do Povo Português e interpretando os seus sentimentos mais profundos de revolta, derrubou o regime fascista do Estado Novo.

Era a consagração do Estado de Direito Democrático, a restituição aos Portugueses dos direitos, liberdades e garantias que permitiriam a construção de um País livre, mais justo e fraterno.

Recordar os Oprimidos, os Resistentes, os Capitães de Abril, é evocar a memória coletiva deste Povo, não esquecendo que o movimento de mudança que ocorreu no dia 25 de Abril de 1974, foi o virar de página na nossa História que deverá ser transmitido às gerações vindouras porque é parte da nossa identidade.

O Estado de Bem-Estar, também chamado Estado Social representa uma conquista histórica das forças democráticas e um pilar indispensável da democracia e do desenvolvimento. A reorganização do Estado social, conceito em evolução, só é possível se o defendermos e renovarmos, com determinação. As políticas para a promoção do trabalho, do emprego e do bem-estar, a proteção social, a redução de desigualdades e a justa repartição de rendimentos, constituem orientações essenciais para o Estado democrático, tal como o Partido Socialista o concebe.

As políticas e os serviços públicos são essenciais ao desenvolvimento e à promoção da coesão social, em diferentes áreas, com particular destaque na provisão de serviços básicos e nos sectores sociais, educativos e culturais. A acessibilidade e a qualidade dos serviços públicos constituem uma responsabilidade indeclinável do Estado.

Foi com base nesta declaração de princípios, que assumimos a reforma da Segurança Social, defendendo a Segurança Social pública. Esta reforma permitiu adequar o sistema público de Segurança Social à progressão da esperança de vida e associou a fixação do valor das pensões à evolução da economia, garantindo sempre pelo menos a reposição do poder de compra às pensões de valor mais baixo. Portugal saiu assim oficialmente da zona de alto risco para a sustentabilidade dos sistemas de Segurança Social.

Defendemos e promovemos o acesso à Educação, tendencialmente gratuita, investindo na melhoria da qualidade do ensino público quer ao nível dos serviços prestados quer ao nível dos recursos e instalações.

Portugal mergulha hoje numa profunda crise à semelhança de outros países da Europa, cuja responsabilidade não é seguramente do Estado Social mas de uma desregulação dos mercados a que se associa uma crescente tendência de execução de políticas neoliberais de direita que veem no Estado Social um adversário, assumindo cada dia mais formas neoliberais de ataque ao Estado e claro menosprezo pela administração pública.

O Partido Socialista assumiu compromissos com a Europa e dela não se pode distanciar, numa atitude responsável e de defesa dos interesses nacionais. É com este sentimento que se encaram os compromissos assumidos com a Europa e a assinatura do memorando da Troika.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

A necessidade da Europa se focar no crescimento e no emprego é eminente pois se tal não suceder corre o risco de ser responsabilizada por uma crise mundial.

A Europa tem vindo a perder competitividade, tem visto a sua economia regredir e os níveis de desemprego a aumentar. Precisamos de dar prioridade ao crescimento económico e ao emprego.

Portugal atravessa uma grave crise, mas ela não é apenas orçamental, apesar da situação internacional da recessão a ter agravado, mas muito mais grave é a anemia da nossa economia a pior das últimas décadas, para a qual tarda a cura.

O Estado deve perceber que quando há recessão económica, o Governo tem que ter um papel determinante na sociedade o que não significa um paternalismo excessivo nem liberalismo exagerado, pois com crescimento económico, com melhoria dos níveis educativos, com inovação, com empreendedorismo, esbatem-se as desigualdades sociais, e porque a curto prazo as soluções não são mágicas, o Estado devia estar mais presente nos sistemas sociais, sob pena de colocar em perigo o próprio regime democrático.

Acresce que no longo caminho percorrido de consolidação das estruturas representativas do Poder Local Democrático, baluarte da nossa Democracia, se prepara uma reforma que constitui uma completa descaracterização dos elementos mais progressistas e avançados do poder local, a liquidação do que ele representa enquanto conquista de Abril.

A Reforma Administrativa conforme a concebe o PSD e o CDS/PP constitui um programa de agressão às populações e às suas condições de vida, um fator de constrangimento do desenvolvimento económico e de agravamento de assimetrias regionais, de retrocesso da vida democrática local.

Defenderemos sempre o Estado Social, recusando a inércia da esquerda conservadora e espírito irresponsável e aventureiro da direita liberal.

Mas o momento é também de confiança e esperança.

A vitória de François Hollande, na primeira volta das Presidenciais em França, permitirá reequilibrar um pouco a hegemonia da direita nos governos nos países da EU e promover políticas de crescimento económico, criação de emprego e coesão social.

Precisamos de mais Estado e melhor Estado.

**EVOQUEMOS A REVOLUÇÃO CUMPRINDO ABRIL.**

**ABRIL TAMBÉM É TEMPO DE RENOVAÇÃO E ESPERANÇA.”**

#### **6.2.5 – O Sr. Deputado Municipal Bruno Dias (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Num momento em que alguns, e alguns até com o penacho de “amigos” do 25 de Abril, pretendendo “resgatá-lo” na sua “pureza original”, vêm dizer que Abril foi, apenas e só, a Liberdade e nada mais; como se não houvesse política económica, como se não houvesse opções de classe, como se não houvesse estratégia de desenvolvimento e de enfrentamento ao poder económico; é preciso que se recorde, ou que se fique a saber, que antes do desencadear das operações militares dessa madrugada libertadora, e muito antes da Constituição de Abril de 1976, já havia uma opção política clara do



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

movimento dos capitães. Uma opção por uma política de verdadeira mudança, também no plano económico e social.

«6 - O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) *Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo Português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;*

b) *Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os Portugueses.»*

Isto que acabei de ler foi escrito antes do 25 de Abril e é uma passagem do Programa do MFA. Façamos justiça aos capitães de Abril e saudemos quem esteve nesse caminho de transformação do país – e temos nesta sala quem participou de forma direta e ativa nesses acontecimentos.

Com a Constituição da República a consideração e consagração da ideia de democracia e direitos humanos foram mais longe do que nunca, nessa visão integradora e humanista das suas diversas componentes: política, social, económica e cultural. Mas no código genético do próprio movimento que lhe deu origem, o 25 de Abril contou e conta desde sempre com essa dimensão inseparável.

Um povo não é livre se estiver acorrentado no desemprego, na doença, na exploração, na negação do direito à cultura e ao desporto. Um povo não é livre se o seu país vive na dependência externa, na desigualdade, na submissão aos poderosos.

No momento que vivemos, a palavra de ordem para retomar o caminho e os valores de Abril tem de ser a da exigência de um ponto final a esse pacto de agressão que as troikas impuseram e estão a impor, à traição, ao povo português. É preciso dizer Basta!

É urgente acabar com esta política de sabotagem económica e de terrorismo social, este modelo económico digno de Augusto Pinochet – e prosseguindo os valores de Abril, mudar de rumo para renegociar a dívida, valorizar salários e pensões, dinamizar a economia e o aparelho produtivo.

E não se pode falar de democracia como se ela fosse um obstáculo, uma areia na engrenagem a atrapalhar os planos de alguns. Democracia e participação são fatores de desenvolvimento!

Uma das conquistas da Revolução que a Constituição da República Portuguesa consagra é o poder local democrático. E o tempo que vivemos é de resistência, face à ofensiva que está em curso contra esse pilar da democracia.

O Governo fala de reforma administrativa para simplesmente proceder à extinção de freguesias, ignorando a vontade das populações. Aprovada que foi a lei que estabelece a forma como se desenrola esse processo, pretendem agora avançar com mais uma etapa de um autêntico desmantelamento, de ajuste de contas com as conquistas da Revolução de Abril.

Atacam a autonomia administrativa e financeira, a justa repartição dos recursos públicos entre a administração central e local, degradam os serviços públicos para os entregar aos grandes grupos económicos, destroem o emprego público e colocam as freguesias mais longe das populações,



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

afastando-as dos eleitos com que contactam de forma mais direta e quotidiana. Perante os “critérios” economicistas e de régua e esquadro, as assembleias municipais só são tidas em conta nos casos em que estão de acordo! É esta a visão de democracia de quem nos desgoverna!

Entretanto, é tristemente significativo que, precisamente nesta altura – imediatamente após a aprovação dessa Lei que visa desencadear o processo de extinção de freguesias, e imediatamente antes das celebrações do 25 de Abril – PSD e PS anunciem no Parlamento a intenção de retomar os seus planos, já requentados de há vários anos, de alterar a lei eleitoral autárquica para que as pessoas deixem de poder eleger diretamente as câmaras municipais e deixem de ter a pluralidade de forças políticas nos executivos.

Já temos afirmado que, hoje em dia, as autarquias vêm-se a braços com enormes dificuldades que lhes dificultam ou impedem o cumprimento das suas obrigações constitucionais de defesa dos interesses das populações que representam. Mas não será com as alterações dos princípios da colegialidade e do pluralismo partidário nos órgãos executivos, como pretende o bloco central, que se conseguirá uma melhor contribuição das autarquias para o desenvolvimento futuro do País.

Tais princípios, o pluralismo e a colegialidade dos órgãos executivos, instituídos sabiamente na Constituição de Abril, revelaram-se, na prática, como fatores fundamentais e decisivos para a realização da democracia, e para a resolução dos problemas das populações.

Fica por isso aqui também o alerta, nesta saudação ao 25 de Abril e ao poder local democrático: afastando o poder local das populações com a extinção de freguesias; e empobrecendo a pluralidade dos órgãos; o que se está a fazer é um poder menos local (porque mais distante das pessoas), e menos democrático (porque menos representativo e plural). Também neste domínio, é um caminho contrário ao do Portugal de Abril e aos seus valores – e por isso mesmo deve merecer de todos os democratas o mais vivo repúdio e rejeição. Não será com a nossa ajuda, nem com a nossa legitimação, que farão esse caminho.

Ao celebrar e lutar por Abril, importa assinalar a passagem de meio século sobre a “crise académica de 62” que constituiu a maior e mais prolongada ação de massas dos estudantes portugueses durante e contra a ditadura fascista – e a demonstração, mais uma de muitas, da força imensa da juventude e da sua capacidade transformadora.

Mas queremos recordar este ano também a passagem de meio século sobre a realização e a vitória dessa luta heroica que marcou a história da luta revolucionária pelo pão e pelo trabalho, pela liberdade e progresso social: falamos da luta do operariado agrícola do Sul pelo horário das 8 horas para o campo, em Maio de 1962. As oito horas de trabalho não foram oferecidas nem por Salazar nem pelos agrários. Foram conquistadas pela luta corajosa, combativa, organizada dos trabalhadores.

Até Maio de 1962, estes trabalhadores não conheceram outro horário de trabalho no campo que não fosse o escravizante horário de sol a sol: pegar ao nascer do sol e acabar ao sol posto. Tinham salários de miséria, passavam fome, eram trabalhadores sem direitos. E disseram Basta!



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Foi no Litoral Alentejano, aqui no nosso distrito, que aconteceu a arrancada com o primeiro de Maio: em Grândola, Alcácer, Palma, mais de trinta mil trabalhadores conquistaram as 8 horas. A luta estendeu-se pelo Alentejo, Ribatejo, por vários concelhos da Estremadura e do Algarve, envolvendo mais de 200.000 homens e mulheres.

As 8 horas não foram conquistadas logo nos primeiros dias de Maio. Houve despedimentos, prisões, espancamentos, culturas arruinadas. Com o apoio do governo, da PIDE e GNR, muitos agrários resistiram semanas e meses mas o movimento de massas também resistiu, era mais forte e venceu!

A luta pela conquista das 8 horas no Sul não foi uma revolta espontânea. Não foi uma decisão voluntarista ou arbitrária. As 8 horas constituíam uma profunda aspiração dos trabalhadores. E a luta amadureceu e desenvolveu-se até à sua vitória.

Falamos deste episódio da História do nosso povo, não só porque temos honra e orgulho de contar com o exemplo de muitos que estiveram nessa luta heroica e nessa vitória histórica (e que estão, muitos deles, aqui connosco no nosso concelho) – falamos disto porque é a vida concreta a falar-nos do que conseguimos fazer quando nos unimos, quando nos organizamos e vamos à luta.

Há 50 anos, os trabalhadores conquistaram as oito horas de trabalho nos campos do Sul. Hoje, os “democratas” do Governo querem por lei (uma lei que está neste momento em debate na especialidade na Assembleia da República) impor um regime laboral que coloca o horário das 12 horas por dia, e a semana de 60 horas.

A conclusão é muito simples: foi a luta que trouxe Abril ao país – e terá de ser a luta, a luta de massas, a luta organizada, a luta pelos direitos, que trará o país de volta a Abril e aos valores de Abril.

Perante este enorme passo atrás, a determinação e a coragem que os jovens deste país já tantas vezes demonstraram são a razão que temos para acreditar no caminho de luta que é preciso percorrer.

Por isso é ainda mais importante e significativa esta consciência crescente, esta unidade que trabalhadoras e trabalhadores, de várias gerações e tantos ofícios, revelam na resposta a esta escalada de ataques à sua dignidade. O que alguns chamam com sobranceira de “resistência à mudança” é resistência, sim. Mas uma resistência que traz dentro de si uma semente de Futuro. Uma resistência que teima em não baixar os braços, e que reconhecendo – e recusando – aquilo que é tão velho como a exploração e a tirania, não abdica de aspirar a um Futuro melhor.

Aqueles que pensam que o 25 de Abril faz parte do passado – desenganem-se! Sendo património da nossa História, Abril é acima de tudo Futuro, e caminho para o Futuro. Se roubarem o 25 de Abril ao futuro deste povo, resta o passado e o 24 de Abril. Por isso mesmo sabemos que será a luta a trazer a mudança.

Não ignoramos os perigos que, ontem como hoje, resultam do deixa-andar e da roda livre com que neofascistas de vão de escada vão vomitando impunemente a mentira, o ódio, o obscurantismo, aproveitando o 25 de Abril e as possibilidades que ele lhes dá, precisamente para o atacar e ofender.

Aos herdeiros, envergonhados ou assumidos, de Salazar e Caetano, de António Ferro e Silva Pais, de Kaúlza de Arriaga, dizemos muito simplesmente e serenamente: não passarão. Serão derrotados, como



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

eles foram. Ao vosso ódio, respondemos com o humanismo e a esperança. Não temos triunfalismo – temos confiança.

É que, das tantas lições que aprendemos com Abril, há uma ideia que prevalece: por mais categóricos que sejam os que decretam o fim da História, a verdade é que a História prossegue e avança – e a luta continua. A luta de concretizar Abril, os seus ideais de democracia e de liberdade, as suas conquistas de progresso e justiça social.

O Futuro será como os povos o construírem. Pela nossa parte, mantemos a convicção, a esperança e a confiança em que este País saberá construir o seu próprio Futuro, defendendo o 25 de Abril. Com os valores de Abril no Futuro de Portugal!

Viva a Juventude e o Povo de Almada,

Viva o 25 de Abril e o 1.º de Maio!”

**6.3** – Também com a aprovação da Assembleia foi dado o uso da palavra ao Senhor Deputado Municipal Luís Filipe Pereira, para apresentar uma Moção/Deliberação sobre O Jumbo e o 1º de Maio.

**6.3.1** – O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre O Jumbo e o 1º de Maio.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida a 23 de abril de 2012, tomou conhecimento da intenção do Jumbo de Almada abrir as portas no próximo 1º de Maio, o que a acontecer será a primeira vez depois do 25 de Abril de 1974.

Todos conhecem o significado que tem o 1º de Maio para os trabalhadores de todo o mundo, a sua memória remonta ao ano de 1886, e foi instituído como feriado Nacional em Portugal após o 25 de Abril de 1974.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reclama à Administração do Jumbo Almada, para que reconsidere e não abra o hipermercado no 1º de Maio, deixando que as suas trabalhadoras e trabalhadores possam usufruir do 1º de Maio como dia Mundial do Trabalhador.”

**6.3.1** – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum a Moção/Deliberação sobre O Jumbo e o 1º de Maio, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira foi aprovada por unanimidade.

**7** – Entrou-se no Período da Ordem do Dia.

**7.1** – Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a continuação da apreciação e votação das Propostas nºs 61/X-3º e 62/X-3º de iniciativa da Câmara Municipal e aprovadas em Reunião Camarária de 29/03/2012, sobre Documentos Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre os “Documentos de Prestação de Contas referentes a 2011” - Relatório e Conta de Gerência e Anexos às Demonstrações Financeiras do Município - Relatório e Conta de Gerência de 2011 e Anexos às Demonstrações Financeiras dos SMAS e considerou-se ainda os documentos de Certificação Legal das Contas da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e a Informação nº 14/2012 sobre a Consolidação de Contas





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

do Grupo Municipal, respetivamente, (**Conforme Anexos XXXI, XXXII, XXXIII e XXXIV, da Ata nº 8/X-3º**).

**71** – Na continuação do debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Miguel Duarte, José Joaquim Leitão, Miguel Salvado, Sérgio Taipas, Fernando Pena e a Sr.ª Presidente da Câmara Municipal.

**7.1.1** – O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr.ª Presidente da Câmara, gostava de colocar-lhe aqui algumas questões nesta parte dos nossos trabalhos.

Lendo o documento de Prestação de Contas, vejo que há um montante de cerca de cinco milhões de euros, para as cobranças duvidosas. E gostaria que a Sr.ª Presidente sobre este assunto tecesse efetivamente algumas considerações, porque é que é efetivamente este montante. Depois nos processos judiciais, verificamos que há exatamente um valor semelhante, também cerca de cinco milhões de euros. Importa aqui saber se efetivamente estes processos judiciais, podemos estar em presença de um processo de quatro milhões de euros e depois de um determinado número de processos, de efetivamente dos restantes um milhão. Mas também podemos estar na presença de um conjunto significativo de processos que totalizam este valor. Isto porque a ideia que há um pouco, é que a Câmara Municipal não é uma pessoa de bem e conseqüentemente os munícipes têm que depois recorrer ao Tribunal para conseguirem efetivamente as suas pretensões. E era importante que este aspeto fosse aqui perfeitamente clarificado perante a Assembleia.

Por outro lado, no que diz respeito aos acidentes de trabalho e doenças profissionais, há previsões no montante de setecentos e oitenta e três mil, duzentos e dezanove euros. A ideia que aqui é criada é que haverá certamente acidentes de trabalho, porque as doenças profissionais não são garantidas pelo Município, que efetivamente as pessoas que tiveram os acidentes não estariam por ventura garantidos pelo seguro, e a Câmara teve para ressarcir esses sinistrados de criar exatamente estas previsões, é um montante muito elevado, são setecentos e oitenta e três mil euros, não muito pouco quanto isso.

Depois gostaria de salientar alguns aspetos que me parecem importantes. Nos estudos, pareceres e consultorias, há um montante inicial de cento e vinte e um mil euros que é depois em termos finais aumentado para cento e noventa e dois mil euros, estamos a falar de mais setenta mil euros. Nos viadutos e arruamentos temos uma previsão inicial de mil novecentos e dois euros e que termina com mil seiscentos e onze euros. Depois no outro capítulo à frente há uma diferença também significativa, ou seja, estamos a falar em termos finais de quinhentos mil euros. E aqui coloca-se uma questão muito importante que importa referir nesta Assembleia. É evidente que quando é apresentado o Orçamento, a Câmara Municipal que tem por hábito e vem fazer as conferências de imprensa assinala determinados aspetos importantes daquilo que são as grandes opções, e uma das grandes opções tem a ver exatamente com os arruamentos, com os viadutos, com estradas, com tudo isso. Depois no meio do ano até porque tem que naturalmente fazer alterações orçamentais para compensar outras coisas que à



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

partida há uma desorçamentação orçamental e já vamos ver quais são, e sorrateiramente como diz ali o coordenador do Bloco de Esquerda, referindo-se ai a uma determinada medida do Governo, acaba precisamente por retirar esses valores dos viadutos e arruamentos e coloca-los noutras verbas com contribuições para a ADSE, etc. E isto é por isto que na verdade a rua Alfredo Cunha no Monte de Caparica está por tratar, a rua da Bela Vista na Charneca da Caparica está como está, a rua do Movimento das Forças Armadas está aquilo que sabemos, etc., etc.. E era bom que aqui se debatesse efetivamente estes critérios. Porque senão nós criamos determinadas expectativas às pessoas quando os orçamentos são aprovados e depois quando chegamos ao fim, o valor que inicialmente foi aprovado no orçamento está completamente desvirtuado no fim. E isto na linguagem popular, meus caros amigos, chama-se batota.

No que diz respeito à aquisição de serviços Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara gostava de lhe colocar algumas questões também para serem esclarecidas, que têm a ver com o seguinte, nos encargos de instalações, nós temos um valor orçamentado de novecentos e cinquenta e seis mil euros e depois em termos finais temos um milhão, trezentos e noventa e oito mil, mais quatrocentos e quarenta e dois mil euros, e era importante saber porque é que é efetivamente estes valores, porque é que inicialmente se partiu de um valor e chegamos ao fim temos quase cerca de quinhentos mil euros mais no que diz respeito aos encargos das instalações.

O mesmo se passa na limpeza e higiene. A limpeza e higiene que aqui estamos a falar de instalações, não estamos a falar da limpeza e higiene pública, que tem também inicialmente um valor de quinhentos e quarenta mil e depois termina com oitocentos e trinta mil, portanto mais duzentos e noventa e três mil euros. É esquisito quando se faz um orçamento não se sabe exatamente aquilo que se vai gastar, pode haver pequenas diferenças, isso percebe-se, mas um orçamento inicialmente de quinhentos e quarenta mil e depois pôr-lhe cinquenta por cento desse valor, há aqui qualquer coisa que está mal nisto, importa efetivamente esclarecer. O mesmo se passa nas comunicações, nos seguros, na assistência técnica, mas há aqui uma questão que é no impostos e taxas que inicialmente teve uma orçamentação de novecentos mil euros e que depois há uma redução de seiscentos e oitenta e cinco mil, e estamos a falar no capítulo da despesa da aquisição de serviços. Tem uma redução de seiscentos e oitenta e cinco mil setecentos e setenta e cinco euros, ou seja e termina com duzentos e catorze mil euros.

No subsídio de alimentação, a verba inicial orçamentada é de um milhão trezentos e setenta e um mil quatrocentos e cinquenta e três e oitenta e quatro cêntimos. E depois tem um acréscimo de cento e oitenta e sete mil euros. Bom, que eu saiba não entraram com certeza tantos funcionários em 2011 para a Autarquia que implique efetivamente este aumento do subsídio de alimentação. Era importante saber porque é que se chegou à conclusão que, e também tanto quanto não foi aumentado o subsídio de alimentação na Função Pública. Era importante saber porque é que a meio do ano se entendeu reforçar esta verba com mais cento e oitenta e sete mil euros. A mesma coisa se passa com os encargos com a saúde, é aquilo que eu falava há bocado, a tal desorçamentação. Ou seja, orçamenta-se pouco de início para determinadas verbas que já se sabe que se vai gastar mais, e depois a meio do ano se retira das



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

outras precisamente para pôr aqui, quando não pode deixar de ser de outra maneira porque a Câmara tem os seus funcionários e já se sabe que vai gastar setecentos e vinte e oito mil euros com os encargos da saúde, mas orçamenta-se quinhentos e trinta e três; setecentos e oitenta; quinze e depois tem que pôr cento e noventa e cinco mil euros a mais no ano.

No que diz respeito à ADSE a conversa é a mesma. Orçamentaram-se duzentos e cinquenta mil euros e custo global eram quinhentos e vinte e dois, é evidente ter-se que fazer um reforço dos valores de duzentos e setenta e dois mil euros.

Temos a coisa para os combustíveis e lubrificantes. Eu aqui ainda posso aceitar naturalmente que o aumento dos combustíveis ao longo do ano, que naturalmente não se controle isso e que possa perceber. E portanto, relativamente a isso não vou fazer considerações embora haja mais cento e vinte e cinco mil euros sobre isso.

Nos parques e jardins que é uma questão também muito importante, até pode ter justificação, não estou a pôr isso em causa. Se foi orçamentado uma verba de um milhão trezentos e quarenta e três mil trezentos e oitenta e nove euros e noventa e seis cêntimos, chegamos ao fim com um milhão e quarenta mil, ou seja, menos trezentos e dois mil para os parques e jardins.

Dos viadutos já falei, das escolas e era exatamente importante saber porque é que isto sucede, que orçamentamos três milhões, cento e dezasseis mil setecentos e sessenta e oito, cinquenta e quatro cêntimos e chegamos ao fim com dois milhões, setecentos e oitenta mil, menos trezentos quase quatrocentos mil euros.

Transferências correntes da despesa, temos um total de cinco milhões, cento e trinta e oito mil novecentos e quarenta e dois, noventa e seis e destas transferências correntes da despesa, para o Teatro foi um milhões de euros. Ou seja, vinte por cento do total das transferências correntes da despesa. Se compararmos aquilo que foi para os Bombeiros, para Cacilhas foi cento e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta e quatro e não sei quantos: para a Trafaria não sei quê; temos quinhentos e quatro mil duzentos e noventa e sete e cinquenta e nove. Ou seja, metade para as três corporações de Bombeiros, foi transferido metade do valor que foi para o Teatro. Acham que isto faz algum sentido? O trabalho que os Bombeiros prestam ao nosso Concelho, às populações, que tenha sido transferida metade daquilo que foi para o Teatro? Mas depois se compararmos estas verbas, temos para o Banco Alimentar Contra a Fome cinco mil euros. Para o Centro Social Padre Ricardo Gameiro dois mil oitocentos e trinta euros. E para o Centro Social de Vale Figueira mil trezentos e quarenta euros. Para a Santa Casa da Misericórdia doze mil setecentos e sessenta; mas para a ECALMA aquela empresa parasita que multa as pessoas e que afasta as pessoas do Centro de Almada e que leva à ruína do comércio no Centro de Almada, foram transferidos sessenta mil euros, em despesas correntes. E em despesas de capital noventa e um mil trezentos e oitenta e seis, noventa e dois. Para a ECALMA foram transferidos cento e cinquenta mil euros meus caros amigos. Os Srs. acham que isto é racional? Acham que isto é uma gestão equilibrada? Que se transfira para a ECALMA cinquenta por cento daquilo que se transfere para os Bombeiros? Para uma empresa que não presta serviço nenhum, é para multar as



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

peçoas, que é a principal culpada daquilo que está a suceder no Centro de Almada e que a Câmara deixa de dar aos Municípes para transferir para a ECALMA cento e cinquenta mil euros. Há que lançar aqui o grito de Ipiranga contra isto, o grito de Ipiranga tal como fez Dom Pedro com as devidas distâncias sobre isto. E eu estou convencido meus caros amigos da CDU que vocês não podem votar contra isto, eu também se estivesse ai também não votava. Óbvio. Mas depois disto aqui aprovado vocês lá no Partido a ver se reúnem lá para pôr fim a este desbando efetivamente que é a forma como isto é gerido.

Mas repare, é que depois o mesmo valor, foi para a ECALMA noventa e um mil euros em termos das despesas de capital, mas para as Juntas do Pragal, do Feijó e da Sobreda, e refiro estas três, já nem estou aqui a referir as minhas, do meu Partido para depois não estarem a dizer que eu estou com uma atitude paroquial, estou a referir estas três, foram transferidos noventa e quatro mil euros de despesas de capital. Ou seja, para a ECALMA foi transferido tanto dinheiro como para estas três Juntas. Eu não conheço o trabalho destas Juntas, mas de certeza absoluta e não tenho dúvidas nenhuma sobre isto, que fazem um trabalho muito mais meritório do que a ECALMA. E até digo mais, é que nós andamos com Assembleias, com reuniões, com petições e com audições e muito bem para defender as nossas Juntas de Freguesia, mas depois tratamos as Juntas assim. Isto sinceramente é extraordinário.

Depois só queria dizer mais uma coisa. As dividas do Estado quase duplicaram, as dividas de devedores e credores diversos passaram também para o dobro, e as dívidas de médio e longo prazo passaram de quatro milhões para dez milhões e isto deve merecer reflexão efetivamente desta Assembleia.

Já agora dizer aqui à Sr.<sup>a</sup> Deputada Ana Moura que Churchill não disse bem isso que a Sr.<sup>a</sup> aqui referiu, veja lá porque é um bocadinho diferente.”

#### **7.1.2 – A Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Eu começava por ler uma declaração em defesa da honra.

Esta minha intervenção é acima de tudo em defesa da honra da Câmara Municipal enquanto órgão autárquico, dos seus eleitos, dirigentes e trabalhadores face ao conteúdo da intervenção feita pelo CDS, nesta Assembleia Municipal na passada sexta-feira.

O CDS ignorou por completo o assunto em análise, o Relatório e Conta de Gerência de 2011, da Câmara Municipal e dos Serviços Municipalizados e mais uma vez usou a mentira, a calúnia, a suspeição, o insulto às pessoas e à instituição onde trabalham, usou uma agressividade verbal inaceitável, um órgão democraticamente eleito pelo povo em eleições livres.

O CDS ultrapassou os limites, feriu gravemente aquilo que deve ser o respeito democrático exigível a quem exerce funções políticas em representação do Povo.

O CDS merece ser censurado com este registo na Ata desta Assembleia Municipal, no dia em que se assinala neste parlamento do Povo a conquista da liberdade e da democracia, o 25 de Abril de 1974, que pôs fim ao fascismo e às perseguições nesta Pátria de todos nós.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

Relativamente aos Documentos de Prestação de Contas em apreciação e às questões colocadas. Naturalmente que as questões colocadas pelos Srs. e pelas Sr.<sup>as</sup> Deputadas Municipais na nossa sessão de sexta-feira mereceram da minha parte a análise possível, cuidada face aos registos que fui tomando relativamente a cada uma das intervenções, e obviamente a intervenção que acabou de ser feita pelo Sr. Deputado Miguel Duarte não me permite ter a mesma preparação que procurei dar às questões tratadas na Assembleia anterior.

Contudo começava por dizer ao Sr. Deputado Miguel Duarte que não pode confundir investimento com despesas correntes, porque não há aqui nada de sorrateiro, nem há nenhuma batota, não sei se enfim, por onde o Sr. passa, se essas coisas acontecem, mas na Câmara Municipal isso não acontece Sr. Deputado Municipal.

Em relação, quando fala de investimentos, fala de despesas de capital, quando fala da ADSE fala de despesas correntes e portanto não há aqui qualquer hipótese de retirar, de termos de dotação verbas de investimento para pagamento de encargos da ADSE.

Uma outra nota que gostava de lhe deixar, naquilo que conheço e que lhe posso responder com seriedade é que quando se fala de impostos e taxas, o que acontece é que existe uma orçamentação em cada ano para o pagamento por parte da Câmara, do IVA de empreitadas, ou seja, as Câmaras Municipais, o Estado de acordo com a legislação em função das obras públicas, recebem, cativam do empreiteiro, recebem, retêm o IVA de empreitadas e a seguir isto entra em receitas e a seguir têm que entregar ao Estado, ou seja, através da despesa desta rubrica, o que acontece é que foi bastante menos aquilo que foi o pagamento de IVA de empreitadas face àquilo que inicialmente estava previsto. Também gostava de dizer, penso que houve uma certa paródia à volta das questões aqui trazidas, a sua intervenção foi de brincadeira do meu ponto de vista, enfim, foi assim que entendi a forma como abordou os assuntos, mas de uma forma séria gostava de dizer que não se pode confundir a gestão do Teatro Municipal, que é um Teatro da Câmara, gerido pela Companhia de Teatro de Almada com os Bombeiros que são instituições com autonomia financeira e de gestão que gerem os seus próprios quartéis e com os quais a Câmara Municipal é a única entidade pública neste País que contribui para o financiamento permanente de intervenção, para os seguros dos seus equipamentos construídos, para o seguro da frota, para o seguro do pessoal. E tudo isto encontra-se centralizado em rubricas diferentes. Os Bombeiros têm o apoio para piquete permanente de intervenção que é centralizado na respetiva rubrica, mas quando se fala de seguros de pessoal ou de viaturas, ou dos imóveis, naturalmente que as rubricas são completamente diferentes. Também quero dizer que não há aqui jogatana nenhuma. O que há é a gestão do orçamento, e o orçamento gere-se ao longo do ano, as dotações são provisionais e naturalmente que quando é necessário reforçar a alimentação nos refeitórios, na creche e jardim de infância dos filhos dos trabalhadores, quando há mais trabalhadores por força da realidade social que o País atravessa a recorrerem aos refeitórios municipais, naturalmente que a Câmara Municipal, tal como faz em relação aos refeitórios escolares, também faz em relação aos refeitórios que servem os trabalhadores do município e servem os filhos dos trabalhadores. Sabe Sr. Deputado Municipal, é que



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

existem trabalhadores na Câmara Municipal que muitas vezes nem o dinheiro conseguem ter para comprar uma sopa, é esta a realidade que se vive no nosso País e também dentro da nossa Câmara. Sabe Sr. Deputado Municipal, é que há trabalhadores na nossa Câmara que têm os seus salários confiscados, penhorados, porque não conseguem pagar a casa, porque não conseguem pagar os seus encargos assumidos, naturalmente num outro contexto que não é a vida que hoje têm e que gostariam de ter.

Eu queria dizer ao Sr. Deputado Municipal que esteve à sua disposição o Diretor Municipal do Departamento de Administração Geral e Finanças onde poderia ter posto todas as perguntas relativamente ao Orçamento Municipal. Estava perante alguém que lhe podia ter dado todas as explicações técnicas e obviamente não é a Presidente da Câmara que tem condição de lhe poder responder com o detalhe que o Sr. Deputado Municipal pretende às questões técnicas aqui trazidas. Mas todas têm explicação Sr. Deputado, se tivesse feito na reunião da Comissão ao Diretor Municipal certamente que teria as respostas que hoje aqui pretendia obter da Presidente da Câmara, mas colocadas por si de uma forma menos séria, do meu ponto de vista.

Querida então voltar a sexta-feira e dizer o seguinte, na sexta-feira houve questões colocadas que têm a ver com o passivo e as dívidas de curto prazo a terceiros e eu gostava de dizer aos Srs. Deputados Municipais, que colocaram questões relativamente a esta matéria o seguinte. O POCAL veio trazer alterações relativamente à contabilidade autárquica. E essas alterações têm vindo a ser introduzidas ao longo dos anos. O ano passado relativamente à especialização já houve alterações que foram introduzidas e em 2011 houve ainda novas alterações introduzidas. E isto tem a ver com o quê? Dar nota, não sou técnica mas procurei obter a informação mais linear possível no sentido de ajudar os colegas a perceberem. Nós temos por exemplo o protocolo do metro. O protocolo do metro não entrava, não entrava porque não havia a especialização, a partir do momento em que esta questão da especialização é colocada o protocolo do metro aparece como as dívidas de curto prazo a terceiros. Portanto, é da especialização dos empréstimos, enfim, de um conjunto de questões técnicas que decorre esta alteração. Mas se nós formos fazer a comparação de 2011 com 2010, não encontramos trezentos e tal por cento de subida, encontramos se fizermos relativamente a 2010, sobre 2009, aí sim, aqui encontramos menos um por cento.

As questões têm a ver, decorrem, não há aqui mais dinheiro, nem menos dinheiro, o que há é a centralização ao nível da especialização do exercício de acordo com as novas regras do POCAL. Portanto deixava estas notas.

Depois também gostava de dizer que em relação às receitas, houve alguns dos Srs. Deputados Municipais que fizeram referência à arrecadação da receita, a um volume elevado na arrecadação da receita. Ou seja, houve mesmo quem tivesse dito que havia uma grande apreensão e portanto uma situação que alguns colegas falaram nomeadamente de cenários calamitosos, foi o Sr. Deputado Salgado. É evidente que a situação verificou-se, nós formos comparar por exemplo 2011 com 2010 ao nível da receita, tivemos menos seis milhões. Se formos comparar com 2009 tivemos menos dez



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

milhões, se formos comparar com 2008, tivemos menos cinco milhões. Tudo isso está no documento que está distribuído a todos os Srs. Deputados Municipais. Agora, o que nós fizemos foi um orçamento ainda muito mais apertado, muito mais ponderado, muito mais exigente. Se é verdade que os orçamentos da Câmara são de um modo geral, têm realizações elevadas, num contexto como aquele em que vivemos, houve ainda a preocupação de aprofundar ainda mais a orçamentação da receita. E por isso os valores alcançados foram muito próximo daquilo que nós orçamentamos, noventa e nove vírgula um por cento, mas naturalmente ficaram bastante aquém dos outros anos. Mas dizer aqui às Sr.<sup>as</sup> e aos Srs. Deputados Municipais que houve uma receita extraordinária como todos também estarão recordados, esta Assembleia teve ocasião de decidir em 2010 a alienação dos terrenos para o IC32. E nós arrecadamos em 2010 uma primeira tranche e em 2011 foi o ano em que nós arrecadamos a maior fatia ao nível desta verba. Portanto, uma arrecadação de receita bastante elevada mas para um orçamento bastante mais restritivo face àquilo que tinha acontecido em anos anteriores.

Depois em relação às Freguesias. Em relação às Freguesias, ontem já o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cacilhas deixou algumas notas, mas eu gostava de deixar nota de que o orçamento tem tradução face à leitura direta nas nossas contas, nós temos na ordem aproximada dois milhões e oitocentos mil para as nossas Freguesias. Mas dizia bem ontem o Presidente da Junta, que nós temos ainda que ter em conta que há uma descentralização na gestão da ocupação da via pública. E qualquer dos colegas que está aqui sabe que é uma receita significativa, é na Costa, é na Trafaria, é em Cacilhas, é sobretudo muito nas Freguesias que têm muitas esplanadas, além de licenciarem também ocupação do espaço público com outro tipo de utilização. Por exemplo os mercados e os cemitérios, a receita dos mercados e dos cemitérios para as Freguesias que têm esta gestão ficam com a receita. A Câmara Municipal naqueles dois vírgula oito milhões transfere ainda uma verba para a gestão dos mercados e dos cemitérios. Mas a receita obtida pela gestão fica nas Juntas de Freguesia.

Depois temos ainda as viaturas, como foi aqui dito, não é só a aquisição, é a aquisição primeiro, mas depois a substituição, o gasóleo, as reparações são todas pagas pelo orçamento municipal. O pessoal e como disse o gasóleo e as reparações. Temos ainda por exemplo, reparação de mercados. As Freguesias gerem os mercados, têm a sua receita, ela dá para aquelas pequenas coisas que vão fazendo e fazem e é muito importante o trabalho das nossas Freguesias, mas em obras de maior expressão, todos sabem, todas as Freguesias, que é a Câmara Municipal que faz o protocolo, o acordo de colaboração para a obra no mercado. Foi na Costa, na Trafaria, na Caparica, na Charneca, enfim em todas as Freguesias que gerem mercados isto tem acontecido e acontece com todos, são pedidos estimativas num primeiro momento, previsões relativamente àquilo que pode ser a obra e com base nessa previsão que os colegas das Freguesias mandam que o protocolo é feito, mas depois as Freguesias fazem de acordo com o POCAL, fazem através da plataforma as suas consultas respeitando todos os princípios da contratação pública e depois adjudicam e recebem a verba efetivamente que for gasta com a obra realizada. Portanto, são alguns apontamentos no sentido de melhor percebermos, eu já dei indicações para que nós possamos fazer um apuramento destas coisas que não têm tradução



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

direta na transferência da Câmara para as Juntas de Freguesia, também para que melhor todos compreendamos aquilo que se passa no nosso Concelho relativamente à cooperação e ao exercício de poder de proximidade pelas nossas Juntas de Freguesia.

Depois em relação ao endividamento também foi colocada uma questão, e é natural porque o documento tem essa tradução ao nível técnico, que temos um endividamento que abrange noventa e cinco por cento. O que é que nós temos? Noventa e cinco por cento da capacidade, foi dito pela Ana Margarida e muito bem, leu o documento e portanto estranhou. O que é que passa aqui? Os Governos através do Orçamento do Estado congelaram a Lei das Finanças Locais. Ou seja, nós, no nosso Município, de acordo com a Lei das Finanças Locais temos uma capacidade disponível de sessenta e seis milhões de euros, mas por força do congelamento do recurso ao crédito, ou seja, já há dois orçamentos consecutivos em que a Lei do Orçamento diz “o Município não pode ultrapassar aquilo que era o seu endividamento a trinta e um de dezembro do ano”, e portanto depois é a DGAL que vem dizer, em função, faz o rateio daquilo que ficou disponível pelas amortizações e vem dizer a cada um dos Municípios o que é que podem utilizar por força desse rateio. Portanto, a capacidade de endividamento é elevadíssimo, temos o endividamento líquido menos cinquenta milhões de euros, não é zero é a baixo de zero, cinquenta e tal milhões de euros, mas há esta situação e penso que fez bem a Deputada Ana Margarida em ter colocado, porque assim também todos nos situamos melhor relativamente a estas matérias.

Depois falou-se aqui relativamente a cortes nas instituições. Não houve cortes em relação às instituições. E eu gostava de vos dizer o seguinte, nós temos um trabalho no nosso Concelho, temos tido, tem vindo a evoluir que tem a ver com os refeitórios escolares e não só, em que as associações de pais, durante muito tempo, hoje ainda temos algumas e bastantes que assumem a gestão dos refeitórios, assumem outras áreas de apoio à família, etc., através de protocolos que são aprovados na Câmara e são celebrados com as associações de pais, mas tem havido algum abandono e sobretudo em relação ao refeitórios, por parte das associações de pais e portanto aquilo que tem alguma expressão decorre desta passagem para a Câmara Municipal, por desistência de várias associações de pais na gestão dos refeitórios e não só. Portanto, passa a Câmara a assumir, é claro que é contabilizado por outra rubrica que não os subsídios às instituições.

Depois relativamente à contenção das despesas correntes. Também gostava de deixar nota que, claro que houve um decréscimo relativamente aos trabalhadores, todos sabemos que os Governos pediram para deduzir na Função Pública os vencimentos relativamente quer ao décimo terceiro mês, houve redução considerável, quer nos vencimentos dos trabalhadores e não só de quem exerce funções públicas. Mas dizer que na nossa despesa global, ao nível das correntes o pessoal teve uma redução de um milhão, mas as outras despesas correntes tiveram uma redução de dois milhões. Portanto, também é importante que a leitura é esta e não pode ser outra, mas era apenas para ajudar a precisar que há aqui dois milhões de euros em despesas correntes que são decréscimo real e não foi mais porque as questões da eletricidade e outras com o próprio aumento da tarifa e próprio aumento do IVA,





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

tiveram um reflexo muito negativo dentro da gestão municipal. E também a própria iluminação público. Portanto, tudo isto é correntes, tudo isto são despesas correntes e nós tínhamos uma expectativa de uma redução em despesas correntes ainda mais considerável, mas enfim, conseguimos dois milhões de euros, e penso que foi bastante importante e com o esforço de toda a gente. O esforço dos trabalhadores, desde o trabalhador administrativo e operário, até aos dirigentes estiveram envolvidos no enorme esforço para reduzir consumíveis, para reduzir consumos de eletricidade, para reduzir consumos de papel na casa de banho, de materiais de limpeza, de toda a natureza.

Também queria deixar nota em relação, quando nós falamos de um saldo de nove milhões de euros, claro que nós estamos a falar de uma gestão de um orçamento que tem depois também os compromissos transitados. Transitados não quer dizer que se tenha ficado a dever, mas são compromissos assumidos que não são executados porque ainda não chegaram ao momento de ser executados, obras sobretudo, de mais de dezasseis milhões de euros, e portanto não se pode dizer que haja aqui um dinheiro que não se sabe para onde é, portanto há compromissos, esses compromissos estão assumidos, estão projetados para o ano seguinte, não passaram por pagar mais passaram por realizar, a aguardar a faturação.

Depois também em relação a dívida a fornecedores. Portanto, a questão tem a ver com o que não está vencido, portanto o que não está vencido não pagamos, mesmo assim é pouquíssimo o valor, é insignificante, são umas dezenas de milhares de euros. Porque tudo aquilo que estava vencido foi pago. E mesmo situações, eu dizia, Sr. Deputado Manuel Braga, no outro dia depois da reunião ter acabado, que nós o ano passado e enquanto nos for possível não deixaremos de ter esta prática face aos problemas das empresas, as empresas de obras públicas sem condição de acesso ao crédito e tendo que pagar aos fornecedores a pronto pagamento começaram a viver e estão a viver situações muito complicadas. E nós desde que a fatura estivesse verificada, o trabalho estava feito, estava em condições de poder ser paga, pagamos antes do vencimento e pagamos muita faturação antes do vencimento dessas faturas para naturalmente também aqui ajudar a que as empresas não deslizassem mais rapidamente para as falências e também os trabalhadores pudessem ter os seus salários pagos, naturalmente como todos compreendemos que tem a sua enorme importância.

Depois em relação à habitação social, eu gostava de dizer que nós cabimentamos todo o orçamento de habitação social. Onde encontra diferença tem a ver com as ARU's. A ARU depende da dinâmica porque também entra no conto global da habitação. Tem a ver com a dinâmica dos próprios proprietários. As ARU's são recentes, a primeira ARU é a de Cacilhas, no final do ano conseguimos chegar à Trafaria e a Almada, mas desejamos que a dinâmica aconteça, há sinais, já há várias decisões tomadas na Câmara, mas é sobretudo aí. De qualquer modo a dotação não é para deixar cair, a dotação nas ARU's é para se manter fazendo deslizar para os anos seguintes.

Depois em relação também aos pavimentos, também dizer que o orçamento inicial era quinhentos e sessenta e nove ml euros e nós chegamos ao final do ano com um compromisso de setecentos e setenta e sete mil. Portanto, ou seja, mais cento e oito mil euros do que aquilo que era o orçamento



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

inicial. Portanto, era necessário, era possível em termos de ajustamento de rubricas e naturalmente o ajustamento tem a ver com a avaliação que se faz, quanto à possibilidade de alguma coisa avançar mais ou não avançar. E portanto é esta a gestão do orçamento, se há uma dotação orçamental que em determinado momento se apercebe pela própria informação dos serviços que há algum atraso porque há dificuldades, porque há problemas e portanto em termos temporais vai deslizar, é possível fazer transferir parte dessa verba ou essa verba para outra rubrica onde é possível e é necessária avançar.

Depois houve outra questão que tem a ver com a formação, portanto, nós relativamente à formação a leitura não deve ser feita apenas relativamente à parte financeira, nós também fazemos muita formação com os recursos internos e portanto nós fizemos seis mil horas de formação, nós a Câmara, em 2011 e penso que foi de facto um resultado muito importante, com sessenta ações de formação que também dão bem nota da dimensão desta área de trabalho.

Depois foi feita aqui uma referência à Derrama e eu gostava de deixar aqui a seguinte nota. A Derrama traduz normalmente também aquilo que é a vida das empresas, mas é muito difícil perceber a vida das empresas pela Derrama, porque reparam, de 2008 para 2011, nós tivemos um acréscimo de dois vírgula nove milhões de euros, isto parece um absurdo, não é? Porque não se percebe o que se passa aqui, nem percebo eu, nem percebem as outras Câmaras Municipais, porque nós partilhamos esta matéria na Área Metropolitana de Lisboa e há colegas que, onde a Derrama caiu brutalmente, e há outros onde a Derrama inesperadamente aparece com o valor bastante diferente daquele que era expectável, é assim, as finanças também não nos conseguem dar dados que nos permitam ter uma leitura e uma análise mais capaz de podermos acompanhar bem. Depois há outra nota relativamente à necessidade de se antecipar uma estratégia para, tendo em conta o decréscimo do imobiliário, eu gostava de dar nota que aqui no nosso Concelho, nós a questão do imobiliário nunca, a Câmara nunca dependeu das receitas do imobiliário. É bom dizer isto, a Câmara de Almada nunca dependeu das receitas do imobiliário. E digo isto e gostava que os colegas me acompanhassem nesta minha explicação. É que o imobiliário obviamente que traz as suas receitas do ponto de vista das taxas de urbanização, mas as taxas de urbanização são aplicadas, sempre foram no nosso Município em investimento para acompanhar o crescimento. Portanto, é bom nós termos também noção disto mesmo. Agora a estratégia, ela já foi, desde os anos oitenta que nós tivemos que definir uma estratégia para o nosso Concelho no sentido de podermos contrariar aquilo que era a realidade económica que aí estava e a decadência do sector económico, todos sabemos que foi nos anos oitenta, noventa, no princípio que fecharam todas as empresas e foi preciso uma estratégia para o reequilíbrio da base económica do Concelho. E portanto não me vou agora detalhar sobre isso, mas isso aconteceu e por isso conseguiu-se chegar a resultados que hoje são conhecidos e as estatísticas também falam nisso. Depois em relação à questão do GACECI (Gabinete de Apoio à Criação de Emprego e Captação de Investimentos) eu sugeria à Ana Salvado que fizesse o favor de consultar o nosso site na Novalmadavelha onde temos tudo o que tem a ver com o GACECI e também todos os projetos que neste momento estão a decorrer, nomeadamente projetos onde também a área social está a ser considerada, a formação. Portanto, nós



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

temos neste momento um trabalho em curso que envolveu umas centenas de pessoas em articulação com o Centro de Emprego para um processo também de informação e de projetos de empreendedorismo, que pode passar pelo social e não só. Mas no nosso site toda a informação está registada. Portanto o GACECI é uma iniciativa da Câmara, é um projeto da Câmara, mas é de gestão partilhada e a gestão partilhada passa pela Novalmadavelha, pelo Madan Parque, pelo IAPMEI, pela própria Câmara Municipal e portanto temos também em perspectiva no âmbito desse acordo para a gestão partilhada um fundo de apoio a partir do FINICIA e estamos em crer, vamos ver se dentro de algum tempo é possível construí-lo para o tal apoio aos novos projetos empresariais que venham a ter condições para avançar.

Depois também gostava de deixar que a maior área de parceria não é a rede social hoje, é grande o Conselho Local de Ação Social tem muitos parceiros, falou de quarenta mas é muito mais, porque depois temos as comissões ..., etc., mas ao nível económico nós temos a plataforma de atores para o turismo que tem mais de sessenta atores e que estamos a trabalhar em todos os produtos com todos eles, tivemos na Feira em Lisboa, na BTL e todos participaram e penso que é um projeto que pode vir a dar frutos interessantes no futuro.

Depois também não posso deixar de me referir às intervenções que foram feitas e que revelaram um grande domínio relativamente ao conteúdo do Relatório e Conta da Câmara e dos SMAS e que foram aqui feitas pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, Francisco e Elisabete nos domínios que revelam, enfim penso eu, e puseram em evidência a sustentabilidade económica, ambiental e social que este documento traduz e os avanços que em 2011 conseguimos alcançar quer na Câmara, quer nos Serviços Municipalizados a vários níveis.

Mais duas ou três notas. Também a título de curiosidade, gostava de dar conta de que também o documento evidencia exatamente pela especialização de resultados que antes sem o POCAL não era possível, mas evidencia coisas muito positivas como é por exemplo o facto de os fundos próprios do nosso Município corresponderem a trezentos e um milhões de euros e a solvabilidade do Município corresponde a trezentos e oitenta e dois por cento, ou seja, nós encerramos o ano de 2011 e se tivéssemos liquidado, se tivéssemos necessidade de liquidar, como por ventura numa empresa isso se coloca, nós tínhamos um ativo disponível depois de pagarmos o nosso passivo de trezentos e um milhões de euros. Portanto, gostava de deixar esta nota e também que o ativo foi subindo, em 2008 tínhamos trezentos e vinte e quatro milhões; em 2009, trezentos e vinte e sete; 2010, trezentos e quarenta; e 2011, trezentos e oitenta. É natural que a oposição só vá buscar os números que podem eventualmente evidenciar que depois se esclarece e não é assim, mas podem evidenciar alguma ideia negativa. Não vivemos na abundância obviamente, mas está construído uma situação de uma enorme solidez no nosso Município que obviamente não tem paralelo com a situação nacional. Eu acho que é importante nós também termos consciência disto.

Depois relativamente àquelas receitas do IMI, mais o imposto sobre veículos versus SISA, nós temos aqui praticamente equiparadas, o que sobe num lado desce no outro, sendo que é a Derrama, é o



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

acréscimo da Derrama aquilo que aparece como uma surpresa, enquanto nas outras rubricas umas compensam as outras.

Portanto eu queria também dar nota realmente que a solvabilidade do nosso Município é bastante elevada com a especialização, eu penso que ao do anuário dos Revisores Oficiais de Contas, relativamente a 2010 há uma alteração, há um decréscimo da nossa posição neste aspecto da solvabilidade, agora o que eu não sei é se os outros Municípios todos já estão a aplicar a especialização de resultados. E portanto no dia em que todos tivermos a especialização de resultados implementada, então nós podemos dizer como é que uns estão em relação a outros. Eu não faço aqui avaliações nem juízos de valor, mas deixava esta nota aos colegas que me parece que é importante referir. É verdade que nós no ranking global estávamos no topo, o ranking global considera por exemplo os prazos de pagamento, as despesas com o pessoal, o montante de dívidas de empréstimos, o passivo global, as dívidas a curto prazo, etc., e nós com a Amadora e com Vila Franca em 2010 estávamos praticamente equiparados no ranking de topo, no ranking global.

Já em relação por exemplo à execução orçamental da receita, lá está, a orçamentação da receita com aquela grande exigência que sempre prevíamos tendo e que este ano se traduziu novamente num bom resultado, nós estávamos em primeiro lugar no ranking nacional neste domínio. Não quer dizer que amanhã não esteja noutra posição, mais a baixo, etc., mas é bom termos ideia disto mesmo. Portanto, a solidez do nosso Município não foi afetada em 2011, mas exige uma continuada e rigorosa gestão. Nada está seguro no tempo que vivemos e todos temos consciência disso. Tem que haver uma gestão muito, muito cuidadosa, muito apertada, muito exigente, para não perdermos o pé e podermos segurar aquilo que ao longo destes anos, trinta e oito anos de Poder Local Democrático, foi construído neste nosso Concelho. Eu acho que os números são muito importantes com certeza, mas o mais importante é a vida das pessoas e o Município conseguiu em contra ciclo com o País manter o rumo certo que Almada vem trilhando há vários anos.”

#### **7.1.3 – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Aproximamo-nos do fim da análise e discussão do Relatório e Conta de Gerência 2011 da Câmara Municipal de Almada. Um extenso inventário de ações e atividades eixo a eixo, em que abundam na opinião da CDU fortes impulsos e êxitos assinaláveis. Falta no entanto um diagnóstico que assinalasse com precisão o ponto de partida, assim como falta a precisão rigorosa do atingido em função dos objectivos que deviam ser formulados com rigor, mas não o são. É como se a autarquia caminhasse sem saber muito bem de onde vem e para onde vai, sem rumo e sem propósito. O Relatório se alguma linha condutora tem, é o enfoque colocado no processo e não nos resultados.

Fez-se, avançou-se, iniciou-se, continuou-se, raramente se concluiu. Este enviesamento para o processo decorre do facto da Câmara Municipal como organização e ao contrário do que reivindica se situar ainda muito perto do paradigma da administração pública tradicional, virada para si própria, centrada nas suas estruturas e não nos seus utentes que no caso são os Municípes de Almada.



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

No Relatório nada se vislumbra do desleixo e da incapacidade no que respeita a gestão e qualificação do espaço público. O centro de Almada continua a agonizar em consequência de opções erradas de organização do território e de mobilidade, que a Câmara teima em não corrigir, indiferente à evidência e ao clamor dos Municípes, insiste em receitas fracassadas. A esse respeito Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Deputados Municipais, 2011 foi um ano perdido, como foi um ano perdido no que respeita à limpeza e arranjo dos espaços exteriores, como tão frequentemente tem sido denunciado nesta Assembleia, por Deputados Municipais e por Municípes. A título de exemplo, o estado de abandono em que vive o em tempo tão apregoado centro terciário da Charneca, a Quinta do Texugo já abordada nesta Sessão da Assembleia Municipal, e ao lado a Quinta da Barriga têm um aspeto cada vez mais desolador. Dirá a Sr.<sup>a</sup> Presidente que a situação está a ser acompanhada pelos técnicos, insinuando que a solução está para breve, mas o desleixo e o abandono não são de agora, nem do ano passado têm mais de dez anos, é muito tempo Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Uma nota também para as obras de requalificação da Rua Cândido dos Reis, em Cacilhas cujas vicissitudes condicionaram de forma dramática o ano de 2011 na Freguesia de Cacilhas e que podem ter como corolário uma onda de falências, nomeadamente na área da restauração. O Partido Socialista insiste acerca da necessidade de apoiar os comerciantes. A omissão do apoio pode muito bem ser a machadada final na crise cavada pela deficiente condução da obra.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, também na educação há que reafirmar as preocupações que o PS tem vindo a expressar, apesar do aproveitamento feito nos últimos anos dos programas governamentais de apoio à requalificação e expansão da rede escolar que se qualifica de positivo, muito há para fazer e nenhuma razão há para cantar loas e reivindicar grandes feitos.

Os anos em que nada se fez e em que a Câmara se limitou a acusar o Governo Central de ter transferido as competências sem as necessárias contrapartidas financeiras, consolidaram uma situação de deficit dramático. Enquanto outros Concelhos metropolitanos que deixaram de ser da CDU há alguns mandatos atrás já asseguraram o regime normal no 1º Ciclo e uma mais satisfatória cobertura do Pré-Escolar, em Almada ainda temos um grande atraso para palmilhar. Dirão os Srs. Deputados da CDU e a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que não é verdade, então porque não disponibilizam por exemplo os dados solicitados pelo PS quanto à rede do Pré-Escolar? A desculpa de que estão à espera de informação do Ministério de Educação e Ciência não colhe. Trata-se de dados exclusivamente da rede pública concelhia, de responsabilidade municipal.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, o Relatório contempla o eixo informação, participação e governança já constante nos documentos anteriores. Por governança entende-se participação, diálogo, abertura, informalidade, procura de equilíbrios, não se deve confundir governança com propaganda ou fóruns de participação ritualizada. Não faz sentido falar de governança quando nem sequer se cumpre o básico no Governo Municipal, a abertura dos órgãos municipais à oposição. Se a CDU tem projetos alternativos à reivindicada abertura do Boletim Municipal e do sítio da Internet, então que avance com



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

essas alternativas, que nós cá estaremos para apoiar o que deve ser apoiado e para criticar o que merece ser criticado.

Mais duas notas finais. A orientação seguida quanto à iluminação pública. Como temos afirmado repetidamente, não é aceitável e a situação financeira do Município não justifica. Mesmo a perspectiva de contenção e poupança, há outras alternativas. À Câmara exige-se a abertura e humildade de reconhecer e corrigir o erro. Também no que respeita às transferências para as Freguesias, a Câmara não está bem. No último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, editado pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas relativo a 2010, o Município de Almada não surgia entre os trinta e cinco municípios que maior percentagem no seu orçamento transferiam para as Freguesias. Em 2011 a situação agravou-se. De facto é mais fácil reivindicar do que praticar. E também neste aspeto a Câmara Municipal de Almada não andou bem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, mais do que expressar a avaliação que faz do Relatório e Contas de Gerência, o Partido Socialista expressa a avaliação que faz da gestão da CDU em Almada no ano de 2011. E a avaliação não pode de modo nenhum ser positiva. A maioria CDU já não consegue responder às necessidades e anseios dos almadenses.”

#### 7.1.4 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Duarte (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas dois ou três aspectos. O primeiro para dizer à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara que os caminhos por onde eu percorro são os meus caminhos, e eu não questiono os caminhos que a Sr.<sup>a</sup> Presidente da Câmara percorre. Portanto, acho isso efetivamente uma provocação à qual não lhe vou responder.

Queria-lhe dizer contudo, que era muito mais importante que a Sr.<sup>a</sup> tivesse respondido às questões que lhe coloquei. E dizer-lhe que não respondeu à maior parte delas que eram questões que a Sr.<sup>a</sup> sabia perfeitamente e fugiu claramente às respostas, aliás como é seu uso habitual.

E dizer-lhe exatamente o seguinte, a Sr.<sup>a</sup> veio falar das viaturas das Juntas de Freguesia, as viaturas são da Câmara, portanto não pode imputar isso como receitas das Freguesias, as viaturas são todas da Câmara e é a Câmara que tem que pagar os seguros e tem que pagar as reparações. Portanto, isso não é uma mais valia efetivamente para as Juntas. Depois dizer-lhe também o seguinte, os Srs. Deputados Municipais fazem as perguntas onde entenderem, não é a Sr.<sup>a</sup> com a sua atitude paternalista ou maternalista que diz exatamente onde a gente deve fazer as perguntas, nós fazemos as perguntas no Plenário da Assembleia ou na Comissão. Eu entendi, até porque presido à Comissão e não me compete a mim fazer lá perguntas, fazer-lhe exatamente as perguntas aqui no Plenário. E naturalmente ficará bem à Sr.<sup>a</sup> Presidente, até por uma questão de transparência e de respeito por quem as faz, responder se souber. Eu todavia registo aquelas que a Sr.<sup>a</sup> Presidente não respondeu, naturalmente e faço-lhe essa intenção de boa fé e que a Sr.<sup>a</sup> não respondeu porque não está neste momento habilitada para o fazer, eu farei o respetivo requerimento nos termos regimentais para depois obter a resposta.”

#### 7.1.5 – O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Em nome do PSD vinha comunicar o nosso sentido de voto, nós vamo-nos abster nas duas prestações de contas tanto da Câmara como dos SMAS, porque consideramos que apesar de não ser a linha política, nem ser a linha de orientação que o PSD seguiria, depois de analisados os documentos em pormenor, achamos que tecnicamente estão bem demonstrados e bem explicados, no entanto politicamente não é a nossa linha. E por não ser a nossa linha vamo-nos abster. Porque acho que muito mais poderia ter sido feito, outras opções poderiam ter sido tomadas, achamos que o dinheiro poderia ter sido gasto de outra forma. No entanto vamos seguir e vamos juntamente com os nossos Vereadores abster-nos na votação dos dois documentos.”

**7.1.6 – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pela parte da CDU dizer também algumas palavras finais sobre os documentos em apreciação. Não estamos a analisar Planos de Atividades, mas Prestações de Contas da sua concretização em 2011. Trata-se de Planos da CDU que por vontade dos almadenses são do Concelho, do Município. Importa avaliar a sua concretização. Durante o debate houve apreciações das diversas forças políticas que convergiram no reconhecimento de que há cumprimento do que foi programado pela CDU, na perspectiva da CDU. Outros argumentos demarcaram-se invocando opções políticas, projetos e modelos próprios e diversos do nosso, e assim fundamentaram o sentido do seu voto, ora de abstenção, ora contra o Relatório porque contra o Plano e contra a política.

Consideramos que ao longo do debate não ficou demonstrado que, em muitos argumentos foram apresentadas críticas parcelares que tenham sequer fundamentação de realidade factual que os suporte. Relativamente a outros evidentemente que temos opções diversas, pensamos e fazemos de modo diferente, encontramos-nos comprometidos com um projeto cuja concretização foi sufragada e nós pretendemos honra-la. O Relatório apresenta um enfoque claro em processos e em produtos. Uma intervenção no entanto merece um reparo à parte. Uma intervenção que nos provocou o mais profundo nojo na dupla aceção da palavra, tristeza e repulsa. Tristeza pelo facto de apesar de termos já colocado na reunião de representantes a necessidade do respeito pela dignidade desta Assembleia, intervindo acima do limiar mínimo de decência, uma vez mais assistimos a uma reincidência grave de falta ao mais elementar respeito que devemos ter uns pelos outros. E repulsa pelo conteúdo. Consideramos indigno fazer política desta maneira. Considerando a realidade dos factos perfeitamente dispensável, caluniando, mentindo, a interpretação pautou-se por um fanatismo delirante e um ódio patológico que só tem paralelo nas cruzadas medievais, na mentalidade de talibã e nas práticas e no estilo do nazismo e do fascismo.

Mas vamos ao que interessa.

Consideramos excelente o nível de execução dos Planos da Câmara e dos SMAS em 2011, cumprindo cabalmente o programado, devendo revelar-se a qualidade e a expressão quantitativa integrada das diversas linhas de intervenção. Essa execução processou-se numa linha de continuidade



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

absolutamente típica do nosso modo de ser e de estar. Por muito que custe a entender a certas pessoas e forças políticas, nunca funcionamos por ciclos eleitorais. Estamos há décadas no exercício do Poder Local Democrático neste Município totalmente seguros que não é o barulho de luzes pré-eleitoral que convence e mobiliza as pessoas. Os nossos ciclos de sempre têm sido e são os do trabalho com rigor, sentido de serviço público, ação social de discriminação positiva, planificação estratégica, projeto e obra feita. É um trabalho realizado contra ventos e marés, a contra ciclo do que ocorre neste momento no País apesar da grave crise que nos é imposta. A contra ciclo dos prejuízos causados pelo Poder Central às Autarquias e a Almada. O que deve questionar-se é, como é possível ainda e na situação nacional que vivemos manter em Almada este nível de intervenção e até quando. Não propagandecemos paraísos, muito pelo contrário, estamos conscientes das limitações que nos impõem, dos perigos e dificuldades que se adensam e preocupados quanto ao próximo futuro. A expressão da nossa confiança reside no trabalho realizado e nos alicerces que aqui e agora sustentam o que está projetado. Intervenções da CDU aqui já fundamentaram a solidez do rigor orçamental, a libertação de receitas correntes para investimentos, os resultados inegáveis do cumprimento do programa, sempre no contexto de um serviço público de qualidade e intervenção social. Salientar um trabalho exemplar dos SMAS na gestão da água como bem público universal. Salientar a obra concretizada nos domínios da educação, cultura, desporto, juventude, ação social, ambiente, biodiversidade, energia reafirmaram a linha de descentralização em cooperação e equidade articulada entre o Município e as Freguesias. Saliente-se o aprofundamento e a evolução a nível da renovação urbana nas ARU's e com as AUGI's, o Programa Habitar é Conservar, a revalorização das zona ribeirinhas e centros históricos. Saliente-se o apoio e incentivo às atividades económicas com a isenção de derramas e taxas pelo Gabinete de Apoio e Investimento, a criação de emprego em articulação com a Faculdade, com o Madan Parque, com o IAPMEI e o papel da Agência de Desenvolvimento Local. Lamente-se que durante todo o ano 2011 estivessem totalmente parados o Polis e o Arco Ribeirinho Sul contra vontade deste Município, desta Câmara e desta Assembleia. Acrescente-se a qualificação dos recursos humanos, tecnológicos e de equipamento para garantir valorizadamente e eficiência e a qualidade dos serviços e apoio social aos trabalhadores. Considere-se a prestação de contas e informação à população do Concelho expressa na progressiva melhoria dos sítios da Câmara e da Assembleia Municipal e do Portal, na participação crescente nas redes sociais, na disponibilização de materiais informativos e documentais, na Agenda Almada Informa e no Boletim Municipal. A participação dos Munícipes, instituições e organizações exprime-se em fóruns de participação, opções participativas, fóruns específicos e temáticos sobre a criança, a juventude, turismo energia e reabilitação urbana. Conclua-se, com a valorização inequívoca deste trabalho, com a consciência lúcida e crítica das dificuldades e dos perigos que nos ameaçam, com a profunda convicção deste nosso voto favorável, com a determinação de prosseguir, aprofundar e melhorar a resistência contra a destruição do Poder Local Democrático, a prestação de um serviço público de qualidade, orientado pela justiça e pelos direitos sociais até onde nos permite este contexto de injustiças contra os trabalhadores, as populações





## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

e as autarquias que nos impõem. Apelamos à mobilização das populações para uma intervenção mais direta e ativa na defesa dos seus interesses e concluímos com uma saudação aos trabalhadores e aos eleitos da Câmara Municipal de Almada.”

**7.1.7** – O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Não deixa de ser uma ironia que alguém que vem apelar a elevação do debate, use o insulto puro e gratuito. Mas devo-lhe dizer que francamente não é a mim que ofende, ofende sobretudo a memória dos milhões de vítimas do regime que invocou e que lhe deveriam merecer o mais vivo respeito. E é essa memória que eu quero trazer aqui e senti-me profundamente chocado pela comparação que foi feita, porque a mim pode dizer o que quiser Sr. Deputado Municipal. O Sr. Deputado Municipal da CDU, está habituado a gostar de regimes onde não há oposição, onde não há ideias contraditórias, onde não há o direito de se pensar de maneira diferente e portanto é natural que reaja desta maneira. Mas sobretudo aquilo a que recorreu foi um dos momentos mais tristes desta Assembleia Municipal.”

**7.1.8** – O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas (CDU)

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Apenas dizer que temos mais uma vez uma falta á verdade o Partido Comunista Português está em minoria neste País, vivemos num sistema capitalista e não num sistema socialista é nesse contexto que funcionamos. Por outro lado, o Sr. Deputado sentiu-se obviamente, eu não referi a intervenção, também é óbvio que foi essa, mas imediatamente sentiu que era com ele, entendeu que eu tinha respondido no mesmo tom, é óbvio que não o fiz, eu apenas procurei no direito que temos de manifestar a nossa opinião sobre uma intervenção indigna. Mantenho e reforço tudo o que disse.”

**7.2** - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação das Propostas N<sup>os</sup> 61/X-3<sup>o</sup> e 62/X-3<sup>o</sup>.

**7.2.1** – A Proposta N<sup>o</sup> 61/X-3<sup>o</sup>, foi aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda), onze votos contra (de eleitos do PS e do CDS-PP) e dez abstenções (de eleitos do PSD e do BE e de dois eleitos do PS a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria), através das seguintes deliberações:

#### **DELIBERAÇÃO**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do n<sup>o</sup> 2, do artigo 53<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova o Relatório de Atividades do Município referente ao exercício de 2011, nos precisos termos da deliberação camarária de 29 de março de 2012.**

#### **DELIBERAÇÃO**

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do n<sup>o</sup> 2, do artigo 53<sup>o</sup>, da Lei n<sup>o</sup> 169/99, de 18 de setembro alterada e republicada pela Lei n<sup>o</sup> 5-A/2002, de 11 de**



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

janeiro, apreciou o Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais do Município e aprovou a Conta de Gerência do Município referentes ao ano de 2011, nos precisos termos da deliberação camarária de 29 de março de 2012.

7.2.2 – A Proposta Nº 62/X-3º, foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE), nove votos contra (de eleitos do PS) e nove abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP e a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e a Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria), através das seguintes deliberações:

#### DELIBERAÇÃO

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova o Relatório de Gestão dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS referente ao exercício do ano de 2011, nos precisos termos da deliberação camarária de 29 de março de 2012.**

#### DELIBERAÇÃO

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea c), do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, apreciou o Inventário Patrimonial e aprovou a Conta de Gerência dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS, referente ao ano de 2011, nos precisos termos da deliberação camarária de 29 de março de 2012.**

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação e votação da Proposta Nº 63/X-3º, de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 13/04/2012, sobre “1ª Revisão Orçamental dos SMAS para 2012”, (**Conforme Anexo XXVIII**).

7.3.1 – Usou da palavra a Sr.ª Presidente da Câmara para apresentar a referida Proposta.

7.3.1.1 – A Sr.ª Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

A Proposta está em poder de todos os Srs. e Sr.ªs Deputados Municipais, penso que seria adequado passar à apreciação e o Sr. Presidente dos SMAS dará as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.”

7.3.2 – Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação da Proposta Nº 63/X-3º, que foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor de eleitos da CDU, inclusive dos Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: Almada, Cacilhas, Caparica, Cova da Piedade, Feijó, Laranjeiro, Pragal e Sobreda e do BE) e dezoito abstenções (de eleitos do PS, inclusive a representante do Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica e da Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria, do PSD e do CDS-PP), através da seguinte deliberação:



## MUNICÍPIO DE ALMADA

### Assembleia Municipal

#### DELIBERAÇÃO

**A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea b, do nº 2, do artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, aprova a Primeira Revisão do Plano Plurianual de Investimento e do Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – SMAS para 2012, nos precisos termos da deliberação camarária de 13 de abril de 2012.**

**8** – Foi concluída a agenda da Sessão.

**9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emilia Guerreiro Neto de Sousa e dos Vereadores Excelentíssimos Senhores António Manuel veiga dos Santos Mendonça Mendes, José Manuel Raposo Gonçalves, Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida, António José Sousa Matos, Maria D'Assis Beiramar Lopes Almeida, Maria Amélia de Jesus Pardal, José António Lino Craveiro, Helena Maria Gomes Oliveira, Rui Jorge Palma de Sousa Martins e Nuno Filipe Miragaia Matias.

**10** - Foi verificada a presença na Reunião dos Jornalistas, Senhora Sandra Guerreiro e Senhor Miguel Ribeiro, Boletim Municipal DIRP – CMA e de quinze Senhores Munícipes.

**11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.

**12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 24 de abril de 2012.

**13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_